

**No. 37341. Paraguay, Argentina,
Brazil and Uruguay**

TREATY ESTABLISHING A COMMON MARKET (ASUNCIÓN TREATY) BETWEEN THE ARGENTINE REPUBLIC, THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL, THE REPUBLIC OF PARAGUAY AND THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY. ASUNCIÓN, 26 MARCH 1991 [United Nations, Treaty Series, vol. 2140, I-37341.]

ASUNCIÓN PROTOCOL ON THE COMMITMENT TO THE PROMOTION AND PROTECTION OF HUMAN RIGHTS OF MERCOSUR. ASUNCIÓN, 20 JUNE 2005

Entry into force: 3 April 2010, in accordance with article 8

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Paraguay, 22 February 2013

**Nº 37341. Paraguay, Argentine,
Brésil et Uruguay**

TRAITÉ RELATIF À LA CRÉATION D'UN MARCHÉ COMMUN (TRAITÉ D'ASUNCIÓN) ENTRE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE, LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL, LA RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY ET LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY. ASUNCIÓN, 26 MARS 1991 [Nations Unies, Recueil des Traités, vol. 2140, I-37341.]

PROTOCOLE D'ASUNCIÓN SUR L'ENGAGEMENT DU MERCOSUR EN FAVEUR DE LA PROMOTION ET DE LA PROTECTION DES DROITS DE L'HOMME. ASUNCIÓN, 20 JUIN 2005

Entrée en vigueur : 3 avril 2010, conformément à l'article 8

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : Paraguay, 22 février 2013

Participant

Argentina

Brazil

Paraguay

Uruguay

Ratification

6 Sept. 2006

4 Mar. 2010

18 Dec. 2006

10 Mar. 2009

Participant

Argentine

Brésil

Paraguay

Uruguay

Ratification

6 sept. 2006

4 mars 2010

18 déc. 2006

10 mars 2009

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**PROTOCOLO DE ASSUNÇÃO SOBRE COMPROMISSO COM A
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DO
MERCOSUL**

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, doravante as Partes;

REAFIRMANDO os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto;

TENDO PRESENTE a Decisão CMC Nº 40/04 que cria a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do MERCOSUL;

REITERANDO o expressado na Declaração Presidencial de Las Leñas de 27 de junho de 1992 no sentido de que a plena vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do MERCOSUL;

REAFIRMANDO o expressado na Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL;

RATIFICANDO a plena vigência do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL a República da Bolívia e a República do Chile;

REAFIRMANDO os princípios e normas contidos na Declaração Americana de Direitos e deveres do Homem, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros instrumentos regionais de direitos humanos, assim como na Carta Democrática Interamericana;

RESSALTANDO o expressado na Declaração e no Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, que a democracia, o desenvolvimento e o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais são conceitos interdependentes que se reforçam mutuamente;

SUBLINHANDO o expressado em distintas resoluções da Assembleia Geral e da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, que o respeito aos direitos humanos e das liberdades fundamentais são elementos essenciais da democracia;

RECONHECENDO a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos, sejam direitos econômicos, sociais, culturais, civis ou políticos;

REITERANDO a Declaração Presidencial de Porto Iguaçu de 8 de julho de 2004 na qual os Presidentes dos Estados-Partes do MERCOSUL destacaram a alta prioridade atribuída à proteção, promoção e garantia dos direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas que habitam o MERCOSUL;

REAFIRMANDO que a vigência da ordem democrática constitui uma garantia indispensável para o exercício efetivo dos direitos humanos e liberdades fundamentais, e que toda ruptura ou ameaça ao normal desenvolvimento do processo democrático em uma das Partes põe em risco o gozo efetivo dos direitos humanos;

ACORDAM O SEGUINTE:

ARTIGO 1

A plena vigência das instituições democráticas e o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais são condições essenciais para a vigência e evolução do processo de integração entre as Partes.

ARTIGO 2

As Partes cooperarão mutuamente para a promoção e proteção efetiva dos direitos humanos e liberdades fundamentais através dos mecanismos institucionais estabelecidos no MERCOSUL.

ARTIGO 3

O presente Protocolo se aplicará em caso de que se registrem graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais em uma das Partes em situações de crise institucional ou durante a vigência de estados de exceção previstos nos ordenamentos constitucionais respectivos. A tal efeito, as demais Partes promoverão as consultas pertinentes entre si e com a Parte afetada.

ARTIGO 4

Quando as consultas mencionadas no artigo anterior resultarem ineficazes, as demais Partes considerarão a natureza e o alcance das medidas a aplicar, tendo em vista a gravidade da situação existente

Tais medidas abarcarão desde a suspensão do direito a participar deste processo de integração até a suspensão dos direitos e obrigações emergentes do mesmo.

ARTIGO 5

As medidas previstas no artigo 4 serão adotadas por consenso pelas Partes e comunicadas à Parte afetada, a qual não participará no processo decisório pertinente. Essas medidas entrarão em vigência na data em que se realize a comunicação respectiva à Parte afetada.

ARTIGO 6

As medidas a que se refere o artigo 4 aplicadas à Parte afetada, cessarão a partir da data da comunicação a dita Parte de que as causas que as motivaram foram sanadas. Tal comunicação será transmitida pelas Partes que adotaram tais medidas.

ARTIGO 7

O presente Protocolo se encontra aberto à adesão dos Estados Associados ao MERCOSUL.

ARTIGO 8

O presente Protocolo entrará em vigor trinta (30) dias depois do depósito do instrumento de ratificação pelo quarto Estado Parte do MERCOSUL.

ARTIGO 9

A República do Paraguai será depositária do presente Protocolo e dos respectivos instrumentos de ratificação, devendo notificar às Partes a data dos depósitos desses instrumentos e da entrada em vigor do Protocolo, assim como enviar-lhes cópia devidamente autenticada do mesmo.

FEITO na cidade de Assunção, República do Paraguai, aos 30 dias do mês de junho de dois mil e cinco, em um original, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos textos igualmente autênticos.

PELA REPUBLICA ARGENTINA



NESTOR KIRCHNER



RAFAEL BIELSA

PELA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL




LUIZ INACIO LULA DA SILVA



CELSO LUIZ NUNES AMORIM

PELA REPUBLICA DO PARAGUAI

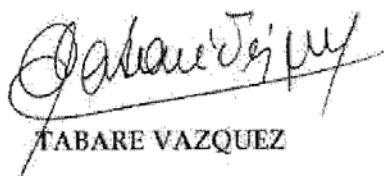


NICANOR DUARTE FRUTOS



LEILA RACHID

PELA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI



TABARE VAZQUEZ



REINALDO GARGANO

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**PROTOCOLO DE ASUNCION SOBRE COMPROMISO CON LA
PROMOCIÓN Y PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS
DEL MERCOSUR**

La República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, Estados Partes del MERCOSUR, en adelante las Partes;

REAFIRMANDO los principios y objetivos del Tratado de Asunción y del Protocolo de Ouro Preto;

TENIENDO PRESENTE la Decisión CMC 40/04 que crea la Reunión de Altas Autoridades sobre Derechos Humanos del MERCOSUR;

REITERANDO lo expresado en la Declaración Presidencial de las Leñas el 27 de junio de 1992, en el sentido de que la plena vigencia de las instituciones democráticas es condición indispensable para la existencia y el desarrollo del MERCOSUR;

REAFIRMANDO lo expresado en la Declaración Presidencial sobre Compromiso Democrático en el MERCOSUR;

RATIFICANDO la plena vigencia del Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile;

REAFIRMANDO los principios y normas contenidas en la Declaración Americana de Derechos y Deberes del Hombre, en la Convención Americana sobre Derechos Humanos y otros instrumentos regionales de derechos humanos, así como en la Carta Democrática Interamericana;

RESALTANDO lo expresado en la Declaración y el Programa de Acción de la Conferencia Mundial de Derechos Humanos de 1993, que la democracia, el desarrollo y el respeto a los derechos humanos y libertades fundamentales son conceptos interdependientes que se refuerzan mutuamente;

SUBRAYANDO lo expresado en distintas resoluciones de la Asamblea General y de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, que el respeto a los derechos humanos y de las libertades fundamentales son elementos esenciales de la democracia;

RECONOCIENDO la universalidad, la indivisibilidad, la interdependencia e interrelación de todos los derechos humanos, sean derechos económicos, sociales, culturales, civiles o políticos;

REITERANDO la Declaración Presidencial de Puerto Iguazú del 8 de julio de 2004 en la cual los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR destacaron la alta prioridad que le asignan a la protección, promoción y garantía de los derechos humanos y las libertades fundamentales de todas las personas que habitan el MERCOSUR;

REAFIRMANDO que la vigencia del orden democrático constituye una garantía indispensable para el ejercicio efectivo de los derechos humanos y libertades fundamentales, y que toda ruptura o amenaza del normal desarrollo del proceso democrático en una de las Partes pone en riesgo el goce efectivo de los derechos humanos;

ACUERDAN LO SIGUIENTE:

ARTICULO 1

La plena vigencia de las instituciones democráticas y el respeto de los derechos humanos y de las libertades fundamentales son condiciones esenciales para la vigencia y evolución del proceso de integración entre las Partes.

ARTICULO 2

Las Partes cooperarán mutuamente para la promoción y protección efectiva de los derechos humanos y libertades fundamentales a través de los mecanismos institucionales establecidos en el MERCOSUR.

ARTICULO 3

El presente Protocolo se aplicará en caso de que se registren graves y sistemáticas violaciones de los derechos humanos y libertades fundamentales en una de las Partes en situaciones de crisis institucional o durante la vigencia de estados de excepción previstos en los ordenamientos constitucionales respectivos. A tal efecto las demás Partes promoverán las consultas pertinentes entre sí y con la Parte afectada.

ARTÍCULO 4

Cuando las consultas mencionadas en el artículo anterior resultaren infructuosas, las demás Partes considerarán la naturaleza y el alcance de las medidas a aplicar, teniendo en cuenta la gravedad de la situación existente

Dichas medidas abarcarán desde la suspensión del derecho a participar en los distintos órganos del proceso de integración, hasta la suspensión de los derechos y obligaciones emergentes del mismo.

ARTÍCULO 5

Las medidas previstas en el artículo 4 serán adoptadas por consenso por las Partes, y comunicadas a la Parte afectada, la cual no participará en el proceso decisorio pertinente. Esas medidas entrarán en vigencia en la fecha en que se realice la comunicación respectiva a la Parte afectada.

ARTÍCULO 6

Las medidas a que se refiere el artículo 4 aplicadas a la Parte afectada, cesarán a partir de la fecha de la comunicación a dicha Parte de que las causas que las motivaron fueron subsanadas. Dicha comunicación será transmitida por las Partes que adoptaron tales medidas.

ARTÍCULO 7

El presente Protocolo se encuentra abierto a la adhesión de los Estados Asociados al MERCOSUR.

ARTICULO 8

El presente Protocolo entrará en vigor treinta (30) días después del depósito del instrumento de ratificación por el cuarto Estado Parte del MERCOSUR.

ARTICULO 9

La República del Paraguay será depositaria del presente Protocolo y de los respectivos instrumentos de ratificación, debiendo notificar a las Partes la fecha de los depósitos de esos instrumentos y de la entrada en vigor del Protocolo, así como enviarles copia debidamente autenticada del mismo.

HECHO en la ciudad de Asunción, República del Paraguay, a los 20 días del mes de junio de dos mil cinco, en un original, en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

FOR LA REPUBLICA ARGENTINA

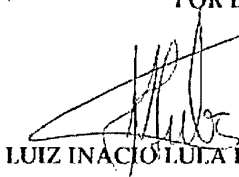


NESTOR KIRCHNER

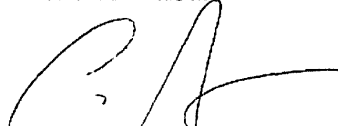


RAFAEL BIELSA

FOR LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

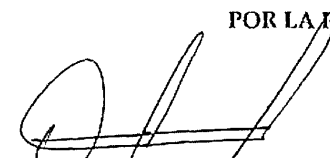


LUIZ INACIO LULA DA SILVA



CELSO LUIZ NUNES AMORIM

FOR LA REPUBLICA DEL PARAGUAY

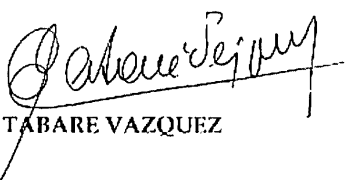


NICANOR DUARTE FRUTOS

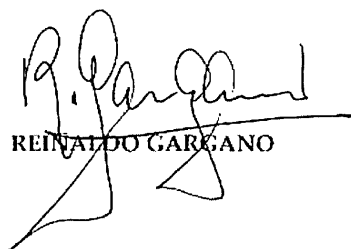


LEILA RACHID

FOR LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY



TABARE VAZQUEZ



REINALDO GARGANO

[TRANSLATION – TRADUCTION]

PROTOCOL OF ASUNCIÓN ON THE COMMITMENT TO PROMOTING AND PROTECTING HUMAN RIGHTS IN MERCOSUR

The Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay, States members of the Southern Common Market (MERCOSUR), hereafter referred to as the “Parties”,

Reaffirming the principles and objectives of the Treaty of Asunción and of the Protocol of Ouro Preto,

Bearing in mind Decision No. 40/04 of the Council of the Common Market which creates the Meeting of High Authorities on Human Rights of MERCOSUR,

Reiterating the statement in the Las Leñas Presidential Declaration of 27 June 1992 to the effect that fully functioning democratic institutions are an indispensable condition for the existence and development of MERCOSUR,

Reaffirming the statement in the Presidential Declaration on democratic commitment in MERCOSUR,

Confirming the full force of the Ushuaia Protocol on Democratic Commitment in MERCOSUR, the Republic of Bolivia and the Republic of Chile,

Reaffirming the principles and standards contained in the American Declaration on the Rights and Duties of Man and the American Convention on Human Rights, other regional human rights instruments and the Inter-American Democratic Charter,

Emphasizing that, as stated in the Declaration and Programme of Action of the World Conference on Human Rights held in 1993, democracy, development and respect for human rights and fundamental freedoms are interdependent and mutually reinforcing,

Underscoring that, as stated in various resolutions of the General Assembly and the Commission on Human Rights of the United Nations, respect for human rights and fundamental freedoms are essential elements of democracy,

Recognizing the universality, indivisibility, interdependence and interrelatedness of all human rights, whether economic, social, cultural, civil or political,

Reiterating the Presidential Declaration of Puerto Iguazú of 8 July 2004, in which the Presidents of the States parties of MERCOSUR accorded high priority to protecting, promoting and guaranteeing the human rights and fundamental freedoms of all persons residing in MERCOSUR,

Reaffirming that compliance with democratic order constitutes an indispensable guarantee of the effective exercise of human rights and fundamental freedoms; and that any rupture in or threat to the normal development of the democratic process in any of the Parties undermines the effective exercise of human rights,

Have agreed as follows:

Article 1

Full applicability of democratic institutions and respect for human rights and fundamental freedoms are key prerequisites for the effectiveness and development of the process of integration between the Parties.

Article 2

The Parties shall mutually cooperate in promoting and protecting effectively human rights and fundamental freedoms through the established institutional mechanisms of MERCOSUR.

Article 3

This Protocol shall be implemented in the event of serious and systematic violations of human rights and fundamental freedoms in one of the Parties in institutional crisis situations or during states of emergency provided for in the respective constitutional systems. To that end, the other Parties shall undertake appropriate consultations among themselves and with the Party concerned.

Article 4

If the consultations mentioned in the preceding article are unsuccessful, the other Parties shall consider the nature and scope of measures to be taken, considering the seriousness of the existing situation.

Such measures may range from suspension of the right to participate in various bodies of the integration process to suspension of the rights and obligations deriving from that process.

Article 5

The measures provided for in article 4 shall be adopted by the Parties by consensus and notified to the Party concerned, which shall not participate in the relevant decision-making process. The measures in question shall enter into force on the date on which the respective notification was effected in respect of the Party concerned.

Article 6

The measures referred to in article 4 and applied to the Party concerned shall be terminated as from the date on which the said Party is notified that the causes having necessitated them have been rectified. Such notification shall be transmitted by the Parties that had adopted the above measures.

Article 7

This Protocol shall be open for accession by the Associated States of MERCOSUR.

Article 8

This Protocol shall enter into force 30 days after the deposit of the instrument of ratification by the fourth State party of MERCOSUR.

Article 9

The Republic of Paraguay shall act as depositary of this Protocol and of the related instruments of ratification; notify the Parties of the dates of deposit of such instruments and of the entry into force of the Protocol; and transmit to them a duly certified copy thereof.

DONE at Asunción, Republic of Paraguay, on 20 June 2005, in one original, in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Argentine Republic:

NÉSTOR KIRCHNER

RAFAEL BIELSA

For the Federative Republic of Brazil:

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

CELSO LUIZ NUNES AMORIM

For the Republic of Paraguay:

NICANOR DUARTE FRUTOS

LEILA RACHID

For the Eastern Republic of Uruguay:

TABARÉ VÁSQUEZ

REINALDO GARGANO

[TRANSLATION – TRADUCTION]

PROTOCOLE D'ASUNCIÓN SUR L'ENGAGEMENT DU MERCOSUR EN FAVEUR DE LA PROMOTION ET DE LA PROTECTION DES DROITS DE L'HOMME

La République argentine, la République fédérative du Brésil, la République du Paraguay et la République orientale de l'Uruguay, États membres du MERCOSUR, ci-après dénommées les Parties,

Réaffirmant les principes et objectifs du Traité d'Asunción et du Protocole d'Ouro Preto,

Ayant à l'esprit la décision CMC 40/04, créant la Réunion des Hautes Autorités du MERCOSUR dans le domaine des droits de l'homme,

Rappelant le contenu de la Déclaration présidentielle de Las Leñas, en date du 27 juin 1992, selon laquelle le fonctionnement effectif des institutions démocratiques est la condition indispensable de l'existence et du développement du MERCOSUR,

Réaffirmant la Déclaration présidentielle relative à l'engagement démocratique dans le MERCOSUR,

Assurant le plein respect du Protocole d'Ushuaia relatif à l'engagement démocratique dans le MERCOSUR, la République de Bolivie et la République du Chili,

Réaffirmant les principes et normes contenus dans la Déclaration américaine des droits et devoirs de l'homme, la Convention américaine relative aux droits de l'homme et autres instruments régionaux sur les droits de l'homme, ainsi que dans la Charte démocratique interaméricaine,

Soulignant le principe consacré dans la Déclaration et le Programme d'action de la Conférence mondiale sur les droits de l'homme de 1993, selon lequel la démocratie, le développement et le respect des droits de l'homme et des libertés fondamentales sont interdépendants et se renforcent mutuellement,

Soulignant le principe consacré dans diverses résolutions de l'Assemblée générale et de la Commission des droits de l'homme de l'Organisation des Nations Unies selon lequel le respect des droits de l'homme et des libertés fondamentales sont des éléments essentiels de la démocratie,

Reconnaissant que tous les droits de l'homme, qu'il s'agisse des droits économiques, sociaux, culturels, civils ou politiques, sont universels, indivisibles, intimement liés et interdépendants,

Réitérant la Déclaration présidentielle de Puerto Iguazú du 8 juillet 2004, dans laquelle les Présidents des États membres du MERCOSUR ont souligné qu'ils accordaient une haute priorité à la protection, la promotion et la garantie des droits de l'homme et des libertés fondamentales de toutes les personnes vivant dans les pays du MERCOSUR,

Réaffirmant que le respect de l'ordre démocratique constitue une garantie indispensable à l'exercice effectif des droits de l'homme et des libertés fondamentales et que toute rupture ou menace de rupture du développement normal du processus démocratique dans une des Parties met en danger la jouissance effective des droits de l'homme,

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier

Le bon fonctionnement des institutions démocratiques et le respect des droits de l'homme et libertés fondamentales sont des conditions essentielles pour l'efficacité et l'évolution du processus d'intégration entre les Parties.

Article 2

Les Parties œuvreront ensemble à la promotion et à la protection effective des droits de l'homme et des libertés fondamentales au moyen des mécanismes institutionnels établis dans les pays du MERCOSUR.

Article 3

Le présent Protocole est appliqué dans le cas où il y aurait des violations graves et systématiques des droits de l'homme et des libertés fondamentales dans une des Parties en situation de crise institutionnelle ou pendant que sont en place des états d'exception prévus dans les systèmes constitutionnels respectifs. Dans ce but, les autres Parties engagent les consultations nécessaires entre elles et avec la Partie concernée.

Article 4

Si les consultations visées à l'article précédent n'aboutissent pas, les autres Parties examinent la nature et la portée des mesures à prendre, compte tenu de la gravité de la situation.

Lesdites mesures peuvent aller de la suspension du droit à participer aux organes issus du processus d'intégration à la suspension des droits et obligations découlant de ce processus.

Article 5

Les mesures visées à l'article 4 sont adoptées par consensus par les Parties et communiquées à la Partie concernée, qui ne participe pas à la prise de décisions en question. Elles entrent en vigueur à la date à laquelle elles sont communiquées à la Partie concernée.

Article 6

Les mesures visées à l'article 4 cessent d'être appliquées à la Partie concernée à partir de la date à laquelle celle-ci est informée que leurs causes ont été éliminées. Cette information est communiquée par les Parties ayant adopté lesdites mesures.

Article 7

Le présent Protocole est ouvert à l'adhésion des États associés au MERCOSUR.

Article 8

Le présent Protocole entrera en vigueur 30 jours après le dépôt de l'instrument de ratification du quatrième État membre du MERCOSUR.

Article 9

La République du Paraguay sera le dépositaire du présent Protocole et des instruments de ratification correspondants. Elle notifiera aux Parties les dates de dépôt de ces instruments, ainsi que celle de l'entrée en vigueur du présent Protocole, et leur communiquera une copie certifiée conforme du présent Protocole.

FAIT à Asunción (République du Paraguay), le 20 juin 2005, en un exemplaire original en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République Argentine :

NÉSTOR KIRCHNER
RAFAEL BIELSA

Pour la République fédérative du Brésil :

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
CELSO LUIZ NUNES AMORIM

Pour la République du Paraguay :

NICANOR DUARTE FRUTOS
LEILA RACHID

Pour la République orientale de l'Uruguay :

TABARÉ VÁZQUEZ
REINADO GARGANO